

A Agricultura Familiar

Luiz Balbino Morgado
Pesquisador da Embrapa Semi-Árido
Doutor em Microbiologia do Solo

Agricultura familiar brasileira caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas abrangem, também, as necessidades e objetivos da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar esses fatores estão intimamente relacionados.

A agricultura familiar brasileira é marcada profundamente pelas origens coloniais da economia e da sociedade, com três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravidão. A fragilidade e a dependência social e política desse estrato de agricultores estão, portanto, estreitamente relacionados com os eventos que proporcionaram o surgimento das grandes propriedades, a partir de 1850, com os ciclos econômicos (açúcar e café), com a ocupação do sertão e a colonização do Sudeste e do Sul, e com a modernização da agricultura, efetuada a partir da metade dos anos 60.

A modernização, na realidade, impôs modificações indiscutíveis no perfil técnico e econômico da agricultura brasileira, mas não foi capaz de fazê-lo sem a exclusão de uma parcela importante da pequena produção, que continuou dependendo da grande propriedade ou desapareceu como consequência da migração de seus componentes para a periferia dos centros urbanos.

Para a implementação de um programa de desenvolvimento da agricultura familiar, é fundamental, antes de tudo, a conscientização de que um programa dessa natureza fa

néssário porque a agricultura familiar, pelo seu potencial constitui parte importante da solução dos problemas do País, e não, simplesmente, porque representa um segmento numeroso da população que necessita de um programa de assistência social.

A agricultura não é um segmento economicamente inviável, mas um segmento que tem sido crescentemente inviabilizado por políticas inadequadas ou ausentes.

Para o aproveitamento efetivo das potencialidades dessa forma de organização da produção, será necessário alterar o modelo de exploração agrícola adotado no Brasil, incorporando à visão econômica uma visão social e outra ecológica, de modo que seja possível priorizar a produção de alimentos com o objetivo de assegurar o abastecimento dos grandes centros urbanos, reter o maior número possível de empregos no campo, preservar o meio ambiente e propiciar uma ocupação mais ordenada do espaço, permitindo, ao mesmo tempo, a elevação do padrão de vida dos agricultores e suas famílias. A agricultura não pode mais ser entendida como tendo apenas a simples função de produzir alimentos.

Esse novo modelo deve ser efetivado através de políticas agrárias e agrícolas, formuladas e operadas com a participação dos agricultores, que abranjam desde aspectos de acesso à terra até os de armazenamento e comercialização, passando pela adequação das condições de crédito, de assistência técnica e pelo redirecionamento da pesquisa com o fim apropriá-la, prioritariamente, às necessidades e recursos dos agricultores familiares.

Um adequado manejo das políticas macroeconômicas pode ser bem mais importante do que a geração de novas tecnologias de produção.